

ARTIGO

ARQUIVO E MELANCOLIA:

SUSANNE EISENBERG BACH E SUA TRAJETÓRIA EXILAR NO BRASIL

MAURICIO PARADA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2959-5215>

RESUMO: Este trabalho tem como proposta contribuir para os estudos sobre os deslocamentos de populações e/ou indivíduos que, no último século, sofreram com políticas nacionais de restrição de direitos. Susanne Eisenberg foi perseguida pelo governo fascista na Alemanha e chegou ao Brasil em 1941 como uma das refugiadas do chamado Grupo Görgen. Em seu exílio, fundou uma livraria e atuou como mediadora entre círculos de intelectuais latino-americanos e europeus. Como parte de seu trabalho, reuniu um relevante acervo bibliográfico que está localizado no Arquivo do Exílio Alemão em Frankfurt am Main. A constituição desse acervo será analisada por meio de escritos memorialísticos deixados por Susanne Eisenberg.

PALAVRAS-CHAVE: Exílio, Fascismos, Literatura.

EXILE ARCHIVES:

SUSANNE EISENBERG AND GERMAN LITERATURE IN LATIN AMERICA (1941-1945)

SUMMARY: This work aims to contribute to studies on the displacement of populations and/or individuals who, in the last century, suffered from national policies restricting their rights. Susanne Eisenberg was persecuted by the fascist government in Germany and arrived in Brazil in 1941, as one of the refugees from the so-called Görden Group. In exile, she founded a bookstore and acted as a mediator between circles of Latin American and European intellectuals. As part of his work, he gathered a relevant bibliographic collection that is located in the German Exile Archive in Frankfurt Am Main. The constitution of this collection will be analyzed through memorial writings left by Susanne Eisenberg.

KEYWORDS: Exile, Fascism, Literature.

DOI: <https://doi.org/10.23925/2176-2767.2024v80p197-218>

Recebido em: 29/07/2024

Aprovado em: 15/11/2024



Em 11 de maio de 1941, do vapor espanhol *Cabo de Hornos*, procedente do porto espanhol de Bilbao, desembarcaram no porto do Rio de Janeiro 196 pessoas vindas do continente europeu. A maioria tinha vistos consulares de permanência, e a chegada ao Brasil representava o final de uma fuga das perseguições políticas e raciais empreendidas pelos governos autoritários europeus. Entre os 157 portadores de visto estava a filóloga alemã Susanne Eisenberg.

Nascida em Munique, Susanne Eisenberg concluiu sua formação acadêmica em 1932 e, no ano seguinte, diante da ascensão dos fascistas alemães e das leis de restrição à comunidade judaica, fugiu para a França. Até a derrota francesa para os fascistas, no verão de 1940, trabalhou como livreira, fez traduções e foi professora. Com a ocupação, foi deportada para o campo de concentração de Gurs, que se tornara o destino de dissidentes políticos, judeus sem nacionalidade francesa e, principalmente, espanhóis republicanos. Ainda no segundo semestre de 1940, Eisenberg fugiu do campo e foi para Marselha, onde iniciou a busca por um visto de saída da França.

Com o apoio de Dana Becher, esposa do escritor Ulrich Becher, conseguiu entrar no grupo de 48 refugiados liderados pelo historiador e filósofo Hermann Mathias Görger, que escapou em 1941, via Espanha, para Lisboa e, de lá, para o Brasil. Görger foi o responsável por arquitetar um plano de fuga para esse pequeno grupo de intelectuais judeus e opositores católicos do regime fascista alemão.

Diversos estudos sobre os refugiados dos fascismos europeus no Brasil têm sido produzidos nas últimas décadas (Carneiro, M.L.T., 1988; Milgram, A., 1994; Lesser, J., 1995; Koifman, F., 2020; Beloch, I., 2021), e as análises, frequentemente utilizando narrativas biográficas como recurso, se direcionam para o entendimento das políticas públicas brasileiras de refúgio e imigração durante o período Vargas. O debate, com vários ângulos, tem se concentrado nas tensões provocadas pela presença de projetos e ideias antisemitas na discussão sobre a identidade nacional brasileira. Trabalho recente, motivado pela abertura dos arquivos do Vaticano, analisa as negociações entre a Igreja Católica e o governo brasileiro na concessão de vistos consulares para refugiados durante a Segunda Guerra (Souza, J., 2022).

Esses estudos tomam as biografias e trajetórias de vida como parte de reflexões que se direcionam para planos analíticos mais amplos (o projeto nacional ou a diplomacia), deixando em aberto algumas possibilidades de trabalho para a compreensão das redes de apoio entre aqueles que tinham possibilidades de refúgio no contexto de guerra e perseguição. Como intelectuais de formação, Görgen e Eisenberg deixaram relatos e procuraram interferir na memória de seu exílio. Seus trabalhos permitem a observação de aspectos pouco trabalhados pela bibliografia, como, por exemplo, as redes de oposição ao fascismo articuladas por judeus, católicos e protestantes.

Susanne Eisenberg e todo o grupo de Görgen embarcaram no vapor de passageiros *Cabo de Hornos*, de propriedade da companhia espanhola de navegação Ybarra. Com bandeira espanhola, o vapor conseguia fazer a rota entre a Europa e a América do Sul em segurança, sem ser alvo da guerra naval travada no Atlântico. O navio foi construído na década de 1920 por estaleiros americanos e, apesar do título de transatlântico utilizado nas propagandas da empresa de navegação, os passageiros da terceira classe ficavam em pequenos quartos com três camas dispostas em forma de “U” e com poucas condições de circulação.¹

No deque da terceira classe, os projetos para a nova vida tornavam-se mais concretos, mesmo que ainda imprecisos. A fuga do grupo de Mathias Görgen havia sido possível. Os vistos de permanência foram obtidos como contrapartida de um investimento coletivo na criação de uma fábrica em Juiz de Fora, em Minas Gerais. Poucos tinham formação especializada na área de produção industrial e não faziam ideia de como operar um empreendimento fabril (Görgen, H. M., 1999).

Após a chegada ao Rio de Janeiro, grande parte do grupo se deslocou para a cidade mineira e após a entrada do Brasil na guerra seus membros se dispersaram. Entre as questões que inviabilizaram o projeto, estava a

¹ A memória dos navios de transporte de passageiros se mantém acessível pela documentação comercial depositada em diversos acervos, mas também se encontra em diversas páginas disponíveis em redes sociais: <https://www.propronews.es/el-nino-gallego-que-emigro-a-america-tras-sobrevivir-al-ataque-de-un-lobo/el-vapor-cabo-de-hornos-vida-maritima/>, acessada em 28/06/2024; <https://www.worldartfriends.com/es/club/foto/barco-de-la-inmigraci%C3%B3n-cabo-de-hornos-sevilla>, acessada em 04/06/2024; <https://envisitadecortesia.com/2021/01/23/el-principio-y-el-fin-del-transatlantico-cabo-de-buena-esperanza/> Acesso em 28 jun. 2024 e <https://www.timetableimages.com/maritime/images/ybarrab.htm>; Acesso em 28 jun. 2024.

desconfiança de brasileiros em relação a uma fábrica administrada por “alemães”. Em 1944, ainda durante o conflito, Susanne Eisenberg publicou seu primeiro livro de memórias, intitulado *À la recherche d'un monde perdu*, pela editora carioca Centro de Edições Francesas e, em 1991, após seu retorno à Alemanha, um segundo livro foi publicado com o título *Karussel. Von München nach München*.

Os textos memorialísticos escritos por Susanne Eisenberg procuram estabelecer uma coerência biográfica, na qual a situação do exílio seja o ponto de partida sintético e lógico para o desenrolar de sua trajetória. O desejo de um tempo circular, evidenciado nos títulos das duas obras, foi uma busca de sentido – individual e coletivo – que procurou apaziguar os elementos aleatórios e descontínuos que assombram as vítimas que sobrevivem a eventos de violência extrema. Considerar a película sutil que existe entre a experiência e a imaginação histórica nos relatos autobiográficos é uma necessidade dos estudos contemporâneos sobre o tema, e é nesse sentido que este artigo pretende entender as obras publicadas pela filóloga alemã.

Susanne Eisenberg, após sua experiência em Juiz de Fora, retornou ao Rio de Janeiro e, depois da guerra, fundou uma livraria que se tornou referência para a elite intelectual carioca na compra de livros de catálogos internacionais, retomando, assim, uma das experiências profissionais que teve na França. O trabalho de livreira, para o qual foi treinada na livraria Droz, fez com que ela tivesse uma posição importante no processo de circulação de ideias no Brasil do pós-guerra. Nesse sentido, podemos associar o desenvolvimento de sua vida profissional à ideia de intelectual mediador, como proposto por Castro, A.C.G. e Hansen, P. (2016), ou seja, de um agente que tem uma posição específica no processo de criação cultural e possui possibilidades efetivas de intervenção. O comércio de livros e sua divulgação são objetos de trabalho na historiografia contemporânea; da história cultural à história dos intelectuais, diversos autores consideram o tema com extremo cuidado em seus estudos (Chartier, R., 1995; Darnton, R., 1998).

Assim, “quem conduz uma mensagem ou produto cultural de um lugar a outro, de um tempo a outro, de um código cultural para outro” pode e deve ser pensado como um “intelectual”, pois sua capacidade de interferência no processo de construção de um consenso cultural tem

paridade com o “autor” das obras em circulação. Nessa condição, Susanne Eisenberg foi livreira e também uma das primeiras a reunir um acervo de obras de autores, principalmente de fala alemã, produzidas no exílio. Sua coleção continha obras publicadas em diversos países latino-americanos – Brasil, México, Argentina e Chile – e encontra-se na Deutsche Bibliothek de Frankfurt/M (Kestler, l., 2003). Esse arquivo faz parte do esforço de elaboração do passado alemão sob o regime fascista, *Erinnerungskultur*, e o enquadramento dessa memória em uma temporalidade moralmente possível passou por integrar a experiência do exílio à história nacional alemã. A contribuição de Susanne Eisenberg para a constituição desse acervo parece coerente com a figura circular e melancólica do carrossel, que ela escolheu para o título de seu livro de 1991.

A reunião de um acervo bibliográfico como o de Eisenberg pode ser entendida como uma tentativa de escapar do esquecimento, uma espécie de gesto testemunhal. A chamada “era do testemunho” (Wieviorka, 2013) está relacionada à narrativa de trauma e dor que, nesse caso, exige sua permanência no mundo e recusa o esquecimento. Sua insistência em permanecer viva como experiência significativa seria a finalidade conceitual de seu trabalho de memória. No entanto, constituir uma unidade analítica denominada “narrativa de exílio” parece ser extremamente problemático. Dada sua extensão e diversidade, parece difícil estabelecer que, entre os mais díspares registros que sobreviveram, a experiência do desterro teve alguma uniformidade ou um sentido estruturado. Deve-se, então, assumir que a observação das narrativas de exílio parte de um princípio dispersivo e fragmentário.

No Brasil, os estudos sobre a produção de narrativas em condição de desterro ou deslocamento muitas vezes se relacionam aos estudos de imigração e à chegada de populações em condições de perseguição política. Nesse sentido, nos últimos trinta anos, diversos trabalhos foram produzidos, notadamente nas áreas de literatura, antropologia e história. Monografias, dissertações, teses e grupos de pesquisa analisaram as narrativas de deslocados que chegaram ao Brasil a partir da década de 1920 em decorrência das instabilidades políticas do sistema de nações (Kestler, 2003). A reflexão sobre uma história transnacional de circulação de saberes tem sido o horizonte para o qual convergem esses estudos sobre franceses, sírios,

alemães, húngaros, libaneses, espanhóis, portugueses, italianos, japoneses (Reznik e Póvoa Neto, 2020).

Considerando essa complexa paisagem de debates e questões, propomos acompanhar a trajetória de Eisenberg para indicar as primeiras notas sobre seu perfil intelectual. Sua sobrevivência ao fascismo foi possível graças à articulação de diversos grupos e redes políticas. Como filóloga e linguista de formação, ela produziu um espaço de contato através do qual fluíram diversos textos e contextos culturais. Os anos entre 1932 e 1940, permitem observar uma das muitas redes de intelectuais antifascistas que se formaram na Europa e possibilitaram caminhos de fuga a judeus e opositores políticos. Ao mesmo tempo, como parte desse desenho biográfico, sua participação no grupo Görngen e seus primeiros anos no Brasil constituíram um tempo pessoal e coletivo marcado pela experiência do deslocamento e pelo trauma do exílio e, assim, merecem atenção. Por fim, a contribuição de Susanne Eisenberg para o arquivo do exílio alemão nos possibilita compreender um pouco mais sobre a extensão de seu trabalho como livreira e pesquisadora.

Anos de formação

Verbetes são encontrados em diversas bases de dados, dicionários e livros que registram a biografia de Susanne Eisenberg, ou Susanne Eisenberg Bach, nome que assumiu após o casamento.² Esses trabalhos enfatizam aspectos de sua turbulenta fuga para o Brasil ou de sua atuação como livreira, mas fazem menções esparsas sobre sua formação e os diálogos intelectuais que travou antes de vir ao Brasil em 1941 (Fischer, 2020; Stephan, 2022).

Nascida na cidade de Munique em 1909, em uma família de impressores e pintores, Susanne Eisenberg terminou o ensino médio em 1928. Na universidade, estudou línguas românicas, história da arte e economia e também realizou estudos intensivos de idiomas, incluindo o russo. Em 1932, apresentou sua tese de habilitação "História do verbo francês

² Uma excelente compilação de verbetes pode ser encontrados em <https://ilab.org/fr/article/antiquarian-booksellers-in-exile-susan-bach-1909-1997> ; acessado em 01/06/2024 <https://hdbg.eu/zeitzeugen/detail/holocaust-shoah/dr-susanne-eisenberg-bach/38> Acesso em 02/06/2024.

bailler", sob a supervisão de Karl Vossler. Segundo Maas (2004), seu trabalho foi um exercício de semântica histórica, listando extensivamente evidências cronologicamente ordenadas de textos literários sobre o verbo *bailler* ("pedir, apreender, apresentar, dar..."), especialmente na terminologia jurídica; também explorou contaminações com o campo de *bâillir* ("bocejar"). Além do desenvolvimento do verbo em francês, ela também traçou a história da palavra a partir de sua raiz latina, bem como estabeleceu paralelos com outras línguas românicas (com referências a formações nominais). No entanto, afirma Maas, os argumentos histórico-culturais mais "globais", esperados em uma obra orientada por Vossler, estão completamente ausentes.³

No início da década de 1930, Karl Vossler já tinha uma carreira consolidada na academia alemã. Publicou uma cuidadosa análise sobre a *Divina Comédia*, de Dante, entre 1907 e 1910, e desde 1911 era professor titular de filologia românica na Universidade de Munique. Seus trabalhos sobre a literatura italiana do início do Renascimento e sua ligação com Benedetto Croce, consolidada por vasta correspondência, fizeram dele uma referência entre os romanistas alemães.

A proximidade entre Croce e Vossler consolidou um importante eixo analítico para os estudos literários e filológicos europeus na primeira metade do século XX. Ambos os pensadores entendiam que a literatura e a linguagem deveriam estar relacionadas ao seu tempo histórico. Posições políticas também criaram convergências entre os dois intelectuais. Republicanos e nacionalistas conservadores, ambos eram, no entanto, vozes contrárias aos partidos fascistas em ascensão na Itália e na Alemanha.

Entre os professores universitários alemães da época, Karl Vossler foi uma das vozes mais atuantes na luta contra o antissemitismo. Contribuiu com artigos para grandes meios de comunicação e se envolveu com a Associação para a Defesa do Antissemitismo, na qual apareceu como orador e em cujos "Documentos de Defesa" publicou discursos. Quando eleito reitor da Universidade de Munique, em 1926, Vossler tomou diversas medidas para impedir ações antissemitas e discriminatórias (Maas, 2004).

³ Mais informações podem ser encontradas em <https://zflprojekte.de/sprachforscher-im-exil/index.php/catalog/b/132-bach-susanne>, Acesso em 12/06/2024.

Em 1932, quando Susanne Eisenberg apresentou seu trabalho, Karl Vossler atuava como professor emérito e estava envolvido em uma rede europeia de intelectuais, literatos e editores antifascistas, contrários às políticas antissemitas. No ano seguinte, já sob o governo do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães, Eisenberg foi indicada para uma posição no *Thesaurus Linguae Latinae*, mas foi impedida de ocupar a vaga em função das políticas raciais alemãs. Atenta à situação no país e com o apoio de Vossler, Susanne Eisenberg emigrou para a França no mesmo ano. Sua formação como especialista em línguas românicas e sua proximidade com o filólogo alemão contribuíram para que ela se estabelecesse em Paris. A relação entre professor e aluna não se consolidou apenas como um laço intelectual; foram as políticas raciais fascistas que promoveram uma maior proximidade entre os dois.

Segundo o relato de Eisenberg, após vários empregos (especialmente como professora de línguas), ela fez um treinamento como livreira e, durante quatro anos, trabalhou na editora Droz. Nesse período, atuou paralelamente como assistente de pesquisa para vários romanistas, especialmente os de língua espanhola, como Mario Roques e Menéndez Pidal (Bach, 1991).

A *Maison Droz* foi fundada em 1924 por Eugénie Droz. Nascida na Suíça, em uma família com tradição na área editorial, Droz fez seus estudos em Neuchâtel e obteve um diploma em Letras Medievais sob a supervisão de Arthur Piaget, com quem trabalhou na reedição do *Jardin de plaisance et fleur de rhétorique*, romance cortesão do século XVI.⁴ Em 1916, mudou-se para Paris, onde frequentou cursos na *École Pratique des Hautes Études* (IVª seção - Ciências Históricas e Filológicas) e aperfeiçoou sua formação como filóloga, graduando-se em 1924. A *Maison Droz* era, ao mesmo tempo, livraria e casa editorial, e tinha como especialidade fazer circular livros e edições do humanismo francês do século XVI. Em 1934, Eugénie Droz e Abel Lefranc fundaram a *Humanisme et Renaissance*, revista acadêmica que substituiu a *Revue du XVIe Siècle*. Logo, a revista se tornou uma das mais importantes publicações acadêmicas sobre o Renascimento, reunindo filósofos, historiadores, filólogos e literatos. A rede construída em torno da revista teve

⁴ ETH Zürich. Disponível em: <https://www.e-periodica.ch/digbib/view2?pid=szg-006:1977:27::544#544>. Acesso em 12/07/2024

impacto na academia francesa, trazendo contribuições de Augustin Renaudet, Lucien Febvre, Curtius e Benedetto Croce.⁵

Eugénie Droz, portanto, era uma erudita com uma posição importante dentro do campo dos estudos sobre as culturas românicas europeias do humanismo, espaço intelectual do qual Susanne Eisenberg era especialista, formada por Vossler. Aliás, segundo seu próprio relato, o “professor” Vossler e “mademoiselle” Droz se conheciam e mantinham contatos acadêmicos e sociais (Bach, 1984).

É importante destacar que esse grupo de humanistas, mesmo com variações entre liberais e nacionalistas, compartilhava uma clara posição antifascista e contrária às políticas raciais do Estado alemão daquele período. Eugénie Droz, por sua vez, era uma das poucas mulheres a ocupar uma posição relevante em um campo claramente masculino. O acolhimento de Eisenberg no círculo de livreiros, editores e intelectuais especializados na história do Renascimento pode ser observado em muitas camadas: uma associação pautada pela proximidade intelectual, por uma relação que indicava posições políticas e também por relações de gênero.

Com a invasão da França em 1940, a situação de alemães em território francês se tornou muito difícil. Em 13 de maio daquele ano, os muros dos bairros parisienses estampavam cartazes convocando todas as mulheres de origem alemã, entre dezessete e cinquenta e cinco anos, a se apresentarem ao “Vélodrome d'Hiver” com bagagem e alimentação para três dias. Logo depois, Susanne Eisenberg e todas as mulheres internadas no velódromo foram transferidas para o campo de Gurs, nos Pirineus. Ela descreveu a viagem assim:

Depois disso, fomos levados a bordo, cerca de duas mil mulheres, os 'casos especiais', exceto aquelas que, aliás, nos seguiriam quinze dias depois, mas que, no momento da nossa partida, foram loucamente invejadas pelo resto de nós, 'casos ordinários'. Fomos colocadas em ônibus de verdade, daqueles que pegamos todos os dias para ir à cidade ou ao trabalho. Suas janelas, porém, estavam cobertas com uma camada de tinta branca através da qual era difícil ver nossos queridos recantos de Montparnasse, Boulevard Port Royal, Rue de la Glacière, que atravessamos a toda velocidade. Esta viagem num carro fechado assemelhava-se a uma carroça de condenados, desde o 15º arrondissement até à Gare d'Austerlitz, através de um final de tarde no

⁵ Letemps archives. Disponível em: https://www.letempsarchives.ch/page/JDG_1963_02_02/8/article/735126 Acesso em 14/07/2024.

quotidiano de Paris, onde as pessoas estavam sentadas nas esplanadas dos cafés como se nada de extraordinário tivesse acontecido e nunca fosse acontecer (Bach, 1944, p. 114).

Em Gürs, a comida era ruim e insuficiente: sopa, pouca carne e pouca higiene. Segundo ela, “a ração de pão, suficiente no início, logo diminuiu e, durante seis semanas, nunca mais houve vegetais frescos em nosso cardápio. A cantina, que funcionava mal, fornecia-nos limões e, por vezes, ovos e tomates, adquiridos na aldeia de Gürs, por um agente autorizado” (Bach, 1944, p. 118). Grande parte dos internados em Gürs eram republicanos espanhóis que vieram para a França depois da vitória de Franco. Chegados dezoito meses antes a Gürs, construíram o quartel, ergueram os arames, cavaram fossas, repararam os telhados e controlavam as instalações elétricas por eles estabelecidas, efetuando as ampliações que se faziam necessárias. A convivência com os espanhóis fez com que Susanne treinasse seu castelhano, tornando-se fluente no idioma.

Em 16 de julho de 1940, após a chegada dos fascistas ao campo, ela conseguiu uma ficha de liberação e foi para a cidade de Vichy, capital do novo Estado francês surgido após a derrota para os alemães. Nessa cidade, as condições para os refugiados foram ficando cada vez mais precárias e, em função disso, no final do ano de 1940, Susanne Eisenberg partiu para Marselha.

O Grupo Görger e a fuga para o Brasil

A cidade do sul da França era o ponto de fuga de muitos dos judeus alemães que tinham se abrigado no país após 1933 e que, agora, estavam sendo alvo das políticas raciais do governo colaboracionista de Vichy. A busca por um visto de saída era a angústia diária. Susanne Eisenberg descreveu a situação:

Os refugiados de Marselha, por outro lado, eram aqueles que já não acreditavam no regresso, aqueles que teriam dado tudo por um visto de qualquer país ultramarino. Agora, todas as conversas, especialmente nos cafés do Vieux Port que substituíram os do Boulevard St. Germain e do Boulevard Montparnasse, tinham apenas um objetivo: você está com seus documentos de emigração? Vistos norte-americanos, brasileiros, mexicanos, vistos de trânsito espanhóis

e portugueses, vistos de saída e assim por diante. Era uma atmosfera de pânico, o que era legítimo, dadas as detenções cada vez mais numerosas (Bach, 1944, p. 111).

Ao mesmo tempo, em Genebra, Hermann Mathias Görgen, católico e antifascista, estava tentando organizar seu grupo para sair da Europa. Suas negociações estavam sendo feitas com diversas embaixadas e representações consulares, inclusive a representação brasileira na Liga das Nações. O projeto de Görgen contava com o apoio de diversas instâncias da Igreja Católica. Padres, bispos, o corpo diplomático e a Caritas foram fundamentais para a obtenção da documentação e dos recursos financeiros para o projeto de fuga.⁶ O ponto principal do projeto era a criação de uma indústria no país de acolhida, conforme o relato do próprio Görgen:

(...) quando eu visitava as embaixadas, as legações e os consulados, e falava sobre dinheiro, sobre a fundação de uma indústria, técnicos competentes e produtos eletrônicos, as portas das representações desse país se abriam - muitas vezes até mesmo os palácios onde alguns diplomatas residiam. O tratamento que recebia era então outro, as conversas que tínhamos eram detalhadas e todos faziam promessas (Görgen, 1999, p. 128).

Na negociação de vistos para o Brasil, levada a cabo junto ao cônsul-geral e representante do Brasil na Liga das Nações, Milton César Weguelin de Vieira, Hermann Mathias Görgen sugeriu o plano de fundar a indústria. Com essa proposta de investimento, o diplomata acreditou que oferecia um atrativo financeiro e uma base legal para solicitar a entrada e a permanência definitiva do grupo junto às autoridades imigratórias brasileiras. O projeto da fábrica era uma ótima justificativa para a concessão dos vistos permanentes. Em suas memórias, Görgen afirma que:

Os documentos relativos ao plano eram de natureza técnica e econômica e impressionavam tanto os leigos como eu, quanto os funcionários nos consulados, legações e embaixadas aos quais solicitávamos os vistos. Foi um plano concebido para impressionar e influenciar as autoridades de imigração daqueles países que estavam passando por um processo de industrialização (Görgen, 1999, p. 128).

⁶ O financiamento teve apoio decisivo de Friedrich Wilhelm Foerster.

O empreendimento, no entanto, necessitava de recursos, pois o governo brasileiro exigia o aporte de cerca de 20.000 dólares para considerar a possibilidade de autorização da instalação da fábrica. Apesar de alguns membros do grupo terem recursos, a maioria dos 47 refugiados não os tinha. Esse valor – alto na época – foi complementado por doações da Caritas e de agências internacionais de apoio a refugiados que se organizaram na Suíça.

Ao mesmo tempo, seria necessário que todos tivessem passaportes válidos emitidos por alguma representação nacional reconhecida. Para isso, Görgen acionou uma brecha política provocada por esse momento de conflitos e invasões de territórios nacionais. A ocupação da Tchecoslováquia pelos fascistas alemães levou à criação, em 1939, do Governo Provisório da Tchecoslováquia liderado pelo ex-presidente Edvard Benes. Portanto, em 1941, um país neutro como a Suíça reconhecia os representantes diplomáticos do governo tcheco no exílio. Com isso, foi possível solicitar passaportes tchecos a todos os apátridas sem documentos válidos que formavam o grupo, cerca de 27 pessoas.

A documentação exigida pelo governo brasileiro também incluía atestados de bons antecedentes civis, ou seja, todos tinham que ter fichas criminais sem nenhuma anotação de “desvio de conduta” que pudesse ameaçar a segurança do país. Ao tirar a própria documentação, Görgen percebeu que a polícia suíça emitia os atestados a partir das informações disponíveis em seus arquivos. Dessa forma, foi possível solicitar a documentação de todos do grupo que precisassem de atestados policiais “limpos”, permitindo, assim, a superação desse obstáculo para a obtenção dos vistos brasileiros.

Outra questão sensível era o problema religioso. O Brasil, naquele momento, passava por redefinições em política migratória na direção de regras mais restritivas. O primeiro sinal dessa mudança de rumo foi dado pelo Decreto nº 19.482 de 1930, com o qual se limitou o acesso de cidadãos estrangeiros ao território nacional. Em seguida, outros textos legislativos tratando do mesmo tema foram promulgados: até o fim do Estado Novo, foram publicadas cerca de 250 normas e 64 circulares para disciplinar os fluxos migratórios (Koifman, 2020, p. 159-206). Além do controle quantitativo, o governo de Vargas também buscou promover uma análise qualitativa dos estrangeiros admitidos no país. Tratava-se, na prática, de uma seleção étnica

dos imigrantes, que se justificava pela ideia, então difundida entre políticos e intelectuais, de que o atraso econômico do Brasil decorria de sua composição racial heterogênea (Santos J., 2022).

Como já foi mencionada, a história da concessão de vistos brasileiros aos “católicos não arianos” foi fruto da mobilização de bispos, religiosos e diplomatas, os quais, à medida que a perseguição racial se agravava, formaram uma rede transnacional de auxílio humanitário, cujo ponto de convergência era o Vaticano. Nesse cenário, foi particularmente importante o papel da Suíça, para onde confluíram muitos judeus provenientes da Alemanha e da Itália e onde logo se constituíram associações de assistência aos refugiados (Santos, J., 2022).

O grupo Görgen, entretanto, não entrou no Brasil com vistos negociados pela administração do Vaticano. Nesse caso, as exigências do governo por declarações de conversão, que deveriam ser anteriores a 1935, foram atendidas de outra forma. Foi por meio do padre Frantisek Weber, capelão auxiliar em Zurique, e de outros religiosos amigos de Görgen que se obtiveram as declarações de batismo para todos os “novos” católicos não-arianos que compunham o grupo de refugiados.

O último problema a ser enfrentado era o fato de que uma parte do grupo relacionado não estava na Suíça: Susanne Eisenberg, Jean Jakob Hoffmann e Jan Lackler estavam em Marselha, receberam seus documentos pelo correio e percorreram o caminho, através da Espanha e depois até Lisboa, como os que saíram da Suíça. Nesse caso, a aproximação de Eisenberg com o grupo de refugiados organizado por Görgen foi possível pela mediação de Dana Roda-Becher, outra mulher imersa no ambiente intelectual de exilados alemães antifascistas.⁷

Dana Roda-Becher era filha de Alexander Roda e de Elsbeth Anna Freifrau von Zeppelin, o que lhe conferia uma posição de destaque entre os refugiados suíços. Seu pai, Alexander Roda, era um escritor austríaco modernista com destacada carreira nas Letras, no teatro e no cinema de língua alemã nas primeiras décadas do século XX. Foi crítico do fascismo e adotou posições pacifistas. Sua mãe, por outro lado, vinda de família aristocrática, tinha recursos financeiros suficientes para manter a família no

⁷ A troca de correspondência em 1941 atesta a proximidade entre elas: <https://www.deutsche-digitale-bibliothek.de/item/NSYFNQNBMRBKNCM4L6QFKWMEDKU5YX7R>

exílio. Ambos, pai e mãe, tinham feito percurso semelhante ao da filha e, poucos meses antes, tinham saído da Suíça em direção aos Estados Unidos, fixando residência em Nova York.

Dana Roda era casada com o escritor Ulrich Becher. Nascido em Berlim, Ulrich iniciou sua carreira em 1932, com uma série de novelas intitulada *Os homens cometem erros*. No mesmo ano, Becher se tornou membro do PEN Clube, um grupo de escritores que defendiam a liberdade de expressão. Com a ascensão dos fascistas em 1933, sua obra foi condenada como literatura "degenerada". Ele foi o escritor mais jovem a ter suas obras jogadas em uma fogueira de queima de livros. Como filho da pianista suíça Elise Ulrich, ele esperava poder se abrigar no país. No entanto, aos olhos das autoridades, sua postura antifascista ia contra a política de neutralidade da Suíça. Com isso, foi-lhe negada uma autorização de trabalho. Sem condições de permanecer na Europa, Dana, Ulrich e seus pais, Richard e Elise Becher, se reuniram ao grupo de Görden para emigrar para o Brasil. O capital político e econômico do grupo de Becher permitiu que negociassem a inclusão de nomes no empreendimento de fuga para a América. Em suas memórias, Susanne Eisenberg se refere a Dana Becher como sua amiga, e foi como tal que ela entrou no grupo de pessoas que conseguiram um visto brasileiro (Bach, 1987, p. 8).

O esforço diplomático e político para reunir os três "franceses" do grupo (Susanne Eisenberg, Jean Jakub Hoffmann e Jan Lackler) é descrito por Görden como tendo sido cercado de muita aflição. Eles só conseguiram atravessar a fronteira francesa para a Espanha, em direção a Lisboa, na última hora, com ajuda principalmente de alguns padres. Chegaram em 29 de abril de 1941, poucos dias antes da partida do navio Cabo de Hornos (Görden, H., 1999).

O Arquivo do Exílio

Depois de chegar ao Rio de Janeiro como parte do grupo Görden, Susanne Eisenberg foi para Juiz de Fora, onde estabeleceu a fábrica proposta no projeto apresentado às autoridades brasileiras. Logo os

refugiados começaram a abandonar o projeto. Em 1944, a alemã voltou ao Rio e publicou seu primeiro livro de memórias, *La recherche d'un monde perdu*, centrado no período anterior à sua chegada ao país. Após o fim da guerra, ela retornou a Paris (como apátrida com passaporte Nansen brasileiro) e voltou a trabalhar para livrarias e editoras. Em 1948, retornou ao Brasil, onde montou sua própria livraria, que exportava principalmente livros brasileiros para grandes bibliotecas no exterior e importava livros europeus e norte-americanos para o Brasil.

Em 1941, quando chegou ao Brasil pela primeira vez, estava grávida (ela não cita o nome do pai da criança em sua autobiografia). Mais tarde, mandou a filha para um internato na Áustria, onde a menina veio a falecer alguns anos depois. Susanne Eisenberg adquiriu a cidadania brasileira por meio de seu casamento, em 1952, com um emigrante húngaro naturalizado brasileiro, Jean Bach. Em 1969/70, recuperou a cidadania alemã, que lhe havia sido revogada na década de 1930, e abriu uma filial de sua livraria em Munique. Desde 1972, passou a se dedicar à pesquisa sobre a literatura de exílio de língua alemã na América Latina, sobre a qual também publicou textos acadêmicos. Sua contribuição se estendeu à montagem de um acervo com obras desses escritores. Em 1983, retornou definitivamente a Munique e, em 1991, publicou outro livro de memórias: *Karussel: von München nach München* (Bach, 1991). Narrativas biográficas não podem ser associadas a um momento específico que forneça umnexo explicativo para toda a experiência vivida. No entanto, a história de vida deixada por Susanne Eisenberg procurou estabelecer um sentido em torno da fuga para o Brasil e de seus anos de formação. O arquivo deixado por ela gira em torno desse momento, e, assim, vamos acompanhar a estrutura estabelecida por sua narração. Entendemos que o “arquivo de exílio” deixado por ela pode ser analisado a partir de dois gêneros ou suportes diferentes e sobre os quais ela fez investimentos distintos.

Em primeiro lugar, temos as memórias publicadas na forma de dois livros que, apesar da diferença temporal, tendem a construir uma biografia contínua. O livro publicado em 1944 se dedica a apresentar sua história até a saída de Marselha, e o de 1991 se volta para os acontecimentos ocorridos após a chegada ao Brasil. Depois, temos sua coleção de livros de língua alemã, que foram depositados em Frankfurt e sobre os quais ela escreveu

alguns artigos. Nos dois casos, o tema da fuga e do exílio tem evidente centralidade.

A consciência, inclusive política, que Susanne Eisenberg deu aos seus textos uma qualidade muito interessante. Sua sensibilidade para o que pode ser lembrado é extremamente aguçada. As informações sobre a “operação” de fuga empreendida por Görden foi convenientemente silenciadas e os textos estão voltados para uma escrita de si, que enfatiza as sensibilidades subjetivas sobre o vivido, deixando um enorme “silêncio” político, especialmente em seu primeiro livro.

Em geral, trata-se de uma escrita tomada pela melancolia. Os assuntos giram em torno da perda de um mundo destruído por uma catástrofe. Ecoando a autobiografia de Stefan Zweig sobre o “mundo de ontem”, Eisenberg usa a imagem do carrossel e do movimento contínuo em torno do próprio eixo como uma síntese de sua biografia. Sem começo nem fim, o sentido melancólico do tempo parece inesgotável. A melancolia, um estado psicológico profundo e frequentemente ambíguo, tem sido um tema de interesse e reflexão ao longo da história (Starobinski, J., 2016), e Susanne Eisenberg, por sua formação, conhecia esse topos de escrita.

Duas possibilidades surgem da análise dos textos memorialísticos de Eisenberg a partir da chave de compreensão permitida pela tradição da melancolia na literatura europeia. Por um lado, sugere uma condição filosófica que, desde a Antiguidade, estava associada ao equilíbrio precário entre reflexão e emoção. Os humanistas do século XVI – referências na formação de nossa autora – ao retomarem a tradição clássica, deram à melancolia um sentido introspectivo e contemplativo que, muitas vezes, estava dirigido para a mortalidade e ao sentido de inevitabilidade da vida e da morte.

Por outro lado, as memórias escritas por Eisenberg também são tocadas por questões do tempo vivido, uma vez que sua reflexão aponta para uma elaboração da súbita perda de sentido que a condição dos deslocamentos contemporâneos impôs a homens e mulheres. Em 1944, ela escreveu:

Às vezes pergunto-me o que teria me tornado se não tivesse deixado a Europa em abril de 1941. Será que ainda viveria em Marselha? Não é propriamente desta cidade que sinto falta, pois, na altura em que a conheci, sentia toda a tristeza de um lugar de quarentena por causa

dos milhares de refugiados que a povoavam, tanto franceses como estrangeiros, todos expulsos das suas terras e casas. Vichy era naquela época uma cidade de refugiados: os parisienses de Vichy caminhavam com ar de melancólica esperança por suas duas ou três ruas e pelo parque chato, sempre mantendo a aparência de um traje perfeito, de elegância intacta. Estavam ali involuntariamente, claro, mas era para fazer alguma coisa, para continuar nos seus escritórios e gabinetes de Vichy o trabalho que tinham interrompido em Paris” (Bach, 1944, p. 112).

A experiência do exílio que emerge na memória arquivada da romanista alemã parece ser tomada por uma perplexidade entediante, algo que sugere uma perda sem sentido irreversível, impossível de recuperar. Em seu relato, aparecem diversos personagens que, como ela, sentem uma perda que parece não ter objeto nem compreensão. O sentido espectral dessa experiência é algo presente em seu relato de deslocamento.

O acervo deixado por Susanne Eisenberg também foi fruto de sua atividade de livreira e pesquisadora da literatura de língua alemã na América Latina no período dos fascismos europeus. A ideia de intelectual mediadora, apresentada anteriormente, pode ser retomada e estendida. A atividade como livreira, conjugada à sua formação acadêmica, fez dela uma observadora atenta dos contatos e circulações intelectuais. Ao pôr em contato, através dos livros, mundos e grupos intelectuais distintos, ela passou a fazer uma coleção das publicações produzidas na América Latina por aqueles que também fugiram do fascismo na Alemanha.

Sua curadoria para a constituição desse acervo partiu da preocupação em estabelecer um mapa de editoras que pudessem viabilizar os autores de língua alemã. Evidentemente, havia poucos leitores na América Latina para além da comunidade de imigrantes, e quase não havia exportação de livros. Nesse contexto, publicar era, antes de tudo, uma autoafirmação do passado e da identidade política dos autores.

Em seus estudos, Susanne Eisenberg indicou que, apesar dos limites linguísticos e políticos, o comércio de livros de autores alemães não era insignificante em países como o Brasil. Para a manutenção de seus negócios, livreiros e editores adotaram duas estratégias principais: a venda de livros baratos e comerciais ou a importação e exportação de obras raras. As livrarias, nesse cenário latino-americano, deviam ser pensadas como lugares

de sociabilidade cultural, algo como um ponto de encontro entre cidadãos letrados. Mesmo indicando haver poucos espaços de mediação, o inventário realizado por Eisenberg listava a *Libreria Henschel* e a *Libreria de Antaño*, fundadas, respectivamente, por Edgard Henschel e Alfred Breitbart, em Buenos Aires; a Livraria Kosmos, no Rio de Janeiro, cujo fundador foi o húngaro Erich Eichner; a Livraria Cultura, de Eva Hertz, em São Paulo; a livraria Liebmann, no Equador; e a Librería Buchholz, na Colômbia.

O Brasil merece destaque no acervo formado pela livreira alemã. Em um de seus textos, ela argumenta que a circulação de livros de autores alemães no país enfrentava dificuldades com as políticas de nacionalização cultural promovidas pelo governo Vargas:

Como o alemão foi proibido no governo Vargas, alguns livros do exílio foram publicados em português. Vários livros foram publicados por Otto Maria Karpfen, que logo se integrou ao seu meio, autodenominava-se Carpeaux e então só escrevia em português. Mais tarde, Carpeaux publicou uma grande enciclopédia junto com outros autores. O romance do conhecido escritor policial Frank Arnau, *A sombra do Corcovado*, também tem ligação com o Brasil. Contudo, as seguintes obras não têm qualquer ligação com o Brasil em termos de conteúdo: *Depois de Hitler, o que...?*, de Miecio Askanasy e Bruno Arcade (que na verdade se chamava Kreitner), bem como *Judeus te contemplam*, de Erich Fraenkel, e *Mil Destinos da Europa*, de Carlos de Lustig-Prean, um livro sobre os tempos passados do meio teatral vienense. *Os Diálogos dos Grandes deste Mundo*, de Ernst Feder, foram publicados pela primeira vez em tradução portuguesa no Rio e apenas no original na Alemanha em 1952. O grande livro de Stefan Zweig, *Brasil, um país do futuro*, escrito durante seu exílio no Brasil, mas publicado em Estocolmo em 1941, é muito conhecido. É um hino ao país e ao seu povo, especialmente a este último, pois a precária situação política do país não foi tida em conta por Zweig (Bach, 1996, p. 78).

Após seu retorno à Alemanha, o acervo latino-americano de Eisenberg foi incorporado à *Die Deutsche Bibliothek*, em Frankfurt. A imagem melancólica do carrossel de Munique deixou de ser um título de um livro de memórias e se tornou um modo de dar sentido à sua vida e à de outros exilados. A ideia de um giro perfeito que se estabiliza no retorno ao ponto de partida foi uma forma de “apaziguamento” da memória. Não esquecer se tornou um imperativo para a restauração de sentido, que tinha sido perturbado pelo surgimento da violência política do fascismo.

Considerações finais

A análise de trajetórias individuais permite que a pesquisa sobre as experiências de exílio e refúgio avance. A mudança de escala possibilita o entendimento das redes de fuga e das políticas de solidariedade e acolhimento. O conhecimento da legislação e das ações políticas dos Estados pode ser apreendido de maneira mais sutil, acompanhando a capacidade de mobilização de personagens específicos.

No caso de Susanne Eisenberg, a rede de intelectuais europeus associados ao estudo da linguística românica e, sobretudo, antifascistas teve um peso significativo na conformação da sua trajetória. No entanto, é importante destacar que grande parte da sua sobrevivência foi possível também a partir da solidariedade entre mulheres que, como ela, detinham um capital cultural importante.

Nesse sentido, a vida da livreira alemã permite uma reflexão sobre uma história transnacional de circulação de saberes e de pessoas, que tem sido o horizonte para o qual convergem os estudos sobre imigrantes que se opuseram ao fascismo europeu. A elaboração contínua do passado e da memória biográfica pode ser uma chave de compreensão importante para o estudo sobre a experiência pessoal e coletiva desses exilados.

Bibliografia

BACH, S. Eisenberg. **À la recherche d'un monde perdu**. Rio de Janeiro: Centro de Edições Francesas, 1944.

BACH, S. **Eisenberg Karussell**: von München nach München. Alemanha: Zentrum für Interkulturelle Frauenalltagsforschung und Internationalen Austausch, 1991.

BACH, S. Deutsche Exilliteratur in Lateinamerika *In*: KOHUT, K., BRIESEMEISTER, D. **Deutsche in Lateinamerika--Lateinamerika in Deutschland**. Alemanha: Vervuert, 1996.

BELOCH, I. (coord.). **Dicionário dos refugiados do nazifascismo no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2021.

CAMPAGNANO, A. R. **In difesa della razza**: os judeus italianos refugiados do fascismo e do antissemitismo do Governo Vargas, 1938-1945. São Paulo: Universidade de São Paulo; Fapesp, 2011.

CARNEIRO, M. L. T. **Cidadão do mundo**: o Brasil diante do Holocausto e dos judeus refugiados do nazifacismo (1933-1948). São Paulo: Perspectiva, 2010.

CARNEIRO, M. L. T. Imigrantes indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, São Paulo, n. 119, p. 115-130, 2018b.

CARNEIRO, M. L. T. **O anti-semitismo na Era Vargas (1930-1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CARNEIRO, M. L. T. Travessias sem volta: judeus poloneses refugiados no Brasil, 1939-1945. **Revista del CESLA**, [s.l.], v. 22, 2019.

CHARTIER, R.; HEBRARD, J. **Discurso sobre a leitura**. São Paulo: Ática, 1995.

CORNWELL, J. **O papa de Hitler**: a história secreta de Pio XII. Rio de Janeiro: Imago, 1999.

CYTRYNOWICZ, R. Cotidiano, imigração e preconceito: a comunidade judaica nos anos 1930 e 1940. In: GRINBERG, K. (dir.). **Os judeus no Brasil**: inquisição, imigração e identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 287-314.

DARNTON, R. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FISCHER, E. **Verleger, Buchhändler und Antiquare Aus Deutschland und Österreich in der Emigration Nach 1933**: Ein Biographisches Handbuch. Alemanha: Walter de Gruyter GmbH, 2020.

GLASBERG, R. **Os indesejados**: uma história de refugiados no tempo do nazismo. São Paulo: Terceiro Nome, 2021.

GOMES, A. C. G. (org.); HANSEN, P. (org.) **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GÖRGEN, H. **Uma vida contra Hitler**. Fortaleza: UFC, 1999.

KERTZER, D. The pope, the jews and the secrets in the archives. **The Atlantic**, [s.l.], 2020.

KERTZER, D. **The Pope at War**. The secret history of Pius XII, Mussolini and Hitler. Nova Iorque: Random House, 2022.

KESTLER, I. M. F. **Exílio e Literatura**: escritores de fala alemã durante a época do nazismo. São Paulo: EDUSP, 2003.

KOIFMAN, F. **Imigrante ideal**: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

KOIFMAN, F. O Estado Novo e as restrições à entrada de refugiados: história e construção de memória. **Acervo** - Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 71-88, 2017.

KOIFMAN, F. Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945). In: REZNIK, L. (org.). **História da imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020. p. 159-206.

KOIFMAN, F. **Quixote nas trevas**: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LESSER, J. **Welcoming the undesirables**: Brazil and the Jewish question. Berkeley: University of California Press, 1995.

MAAS, U. **Verfolgung und Auswanderung deutschsprachiger Sprachforscher 1933–1945**, Bd. II (Biographische Artikel G-Q; Nachträge A - F), Osnabrück 2004.

MILGRAM, A. **Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)**. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

MILGRAM, A. **Os judeus do Vaticano**: postscriptum. Devarim, Rio de Janeiro, ano 7, n. 17, p. 41-45, 2012.

QUEIROZ, M. J. de. **Os males da ausência ou a literatura do exílio**. Rio de Janeiro: Top-books, 1998.

REZNIK, L (org.), PÓVOA NETO, H.(org.) **História da Imigração no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV. 2020.

STAROBINSKI, J. **A tinta da melancolia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

STEPHAN, I. **Frauen und Exil**: Zwischen Anpassung und Selbstbehauptung. Alemanha: De Gruyter, 2022.

SANTOS, J. A diplomacia pontifícia e os refugiados judeus no Brasil (1939-1941): uma investigação preliminar nos arquivos de Pio XII. **Revista de História**, São Paulo, p. a11021, 2022.

SCHPUN, M. R. Justa: **Aracy de Carvalho e o resgate de judeus**: trocando a Alemanha nazista pelo Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

THOMAS, G. **Os judeus do papa**: o plano secreto do Vaticano para salvar os judeus das mãos dos nazistas. São Paulo: Geração Editorial, 2014.

WIEVIORKA, A. **L'ère du témoin**. Paris: Pluriel, 2013.